

Análise da conjuntura nacional em ano de eleições presidenciais

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, diretor do Instituto Pólis e presidente da Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP)

Publicado em: 29/08/2006

Estamos nos acostumando com a idéia de que a pobreza é um processo natural e que temos que enfrentar o problema sem discutir o processo que a produz. Leia os principais trechos da análise de conjuntura de Silvio Caccia Bava, apresentada em debate promovido no Pólis por ocasião do lançamento da Campanha "[Olho no Seu Voto: Por Outro Brasil, com Justiça Social e Cidadania](#)", no dia 15 de agosto.

Transcrição e edição por Júlia Tavares, estagiária da equipe de Comunicação do Pólis.

Ponto de Vista

Minha leitura se propõe a identificar oportunidades de intervenção que sempre existem, por pior que seja o cenário. É sempre possível identificar um caminho que permita a defesa dos direitos, a ampliação da cidadania. A minha leitura da conjuntura parte da ótica da democratização da democracia e busca enfrentar o problema da desigualdade. Prefiro fazer a análise a partir de quem é que ganha e quem é que perde com esse governo.

Beneficiados no governo Lula

Podemos identificar que o mais beneficiado com esse governo foi o sistema financeiro e o agronegócio – primeiro é o Itaú, depois o Bradesco, depois o Banco do Brasil que conseguiram lucros que nunca tiveram na vida: os de 2005 já eram recordes, 2004 já era recorde. É recorde sobre recorde. Isso é promovido por políticas públicas: é a taxa de juros, é o serviço da dívida interna, por exemplo. No caso do agronegócio, os dados mais recentes são de que ele foi subsidiado com 37 bilhões de reais do Programa Especial de Saneamento de Ativos no último ano, enquanto ao Pronaf [Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar] foram destinados 7 bilhões. Há dois anos, o Pronaf tinha 2 bilhões no orçamento. Melhorou. Mas, proporcionalmente, temos claramente identificado que o setor do agronegócio ganhou muito mais. Se estamos considerando o critério da desigualdade, podemos ver que esse processo aumentou a brecha da desigualdade.

Tímidas melhoras

Acho que não se deve desconsiderar alguns elementos. O salário mínimo aumentou verdadeiramente. Os programas sociais estão consumindo algo como 18 bilhões, mas o serviço da dívida pagou 150 bilhões. A dificuldade está no horizonte: que futuro queremos para este país? O governo Lula não tem um projeto de desenvolvimento, não tem um projeto industrial, a política internacional que ele está fazendo bem feita é para favorecer os setores de exportação. Ele assumiu um perfil de governo de continuidade das políticas anteriores. O Bolsa família, que virou o carro chefe do programa social, é a complementariedade do ajuste estrutural. Com cortes na saúde, na educação e na previdência, encolhe-se o cobertor de

proteção social das políticas públicas universais e se desenvolve um atendimento aos bolsões mais agudos de pobreza na forma de um benefício que não resgata trabalho, dignidade e integração social, mas oferece um paliativo importante para combater emergencialmente a pobreza e o processo de aumento da desigualdade.

Cabe outro alerta: estamos nos acostumando com a idéia de que a pobreza é um processo natural e que temos que enfrentar o problema sem discutir o processo que a produz. Estou dizendo que essas taxas de juros e estes tipos de políticas que assistimos são produtoras da pobreza. Temos desafios maiores para a compreensão desses processos de distribuição ou concentração da riqueza. Houve melhoria do índice que mede a desigualdade entre os pobres e a classe média. Mas isso se deu pelo rebaixamento da classe média, e não pela melhoria da qualidade de vida.

Relação com sociedade

No início, o governo criou alguns conselhos, como o de Desenvolvimento Econômico Social, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho das Cidades. Nos órgãos consultivos, como no Consea, do qual fiz parte, se discutia se o governo deveria ou não liberar a comercialização dos transgênicos. Mas o governo decide por fora do Consea essas questões – e abre para que os transgênicos sejam comercializados e produzidos no Brasil.

Um outro exemplo: houve uma consulta à população, da qual a Abong [Associação Brasileira de ONGs] participou, sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Depois tivemos um refluxo dessa participação, no sentido de que a consulta valeu pouco para uma eventual modificação do Plano. Não estou visualizando uma política que convoque a população à participação. Existe muito mais algumas iniciativas que abrem uma participação consultiva e legitimadora das políticas já definidas pelo governo. Isso para mim não é de fato participação. Mas também é verdade que o governo não reprime os movimentos sociais, e isso é uma diferença em relação ao governo anterior. Há uma convivência com o conflito; há uma tentativa de negociação com os atores, mas não há políticas que respondam às suas demandas. Recentemente, agora, tivemos uma assiguação de verbas para o Fundo de Moradia. Mas não tivemos um saldo de produção de moradias populares que permita dizer que houve um compromisso do governo com essa área. A mesma coisa com o saneamento: o dinheiro que deveria ter sido destinado para isso foi pagar o serviço da dívida e os juros. Márcio Pochman identifica que 20 mil famílias são as beneficiárias desse processo. Os outros perdem.

Alianças políticas

Poderíamos também pensar em discutir as alianças. Aí temos algumas perdas interessantes. Na época do Fernando Henrique Cardoso, o PT era uma oposição sistemática às reformas neoliberais. Temos que fazer uma diferença: há muitos militantes que não se conformam com a política que está aí, e seguem coerentes com os programas anteriores construídos junto com os movimentos populares. Mas agora a direção do PT é uma direção colada com o governo. O mesmo posso dizer da CUT, onde prevaleceu a maioria que adere incondicionalmente às políticas do governo. Exemplo disso é o presidente da CUT virar ministro do trabalho. A sociedade perdeu um partido político que fazia oposição às políticas neoliberais e passou a ter um partido que concorda com essas políticas no atual governo. Isso é uma perda grande para a sociedade do ponto de vista democrático. É justamente esse jogo de tensões e de pressões

que permitiria avançar nas políticas sociais.

Estamos assistindo velhos caciques da política brasileira – Sarney, Renan Calheiros e Jader Barbalho - sendo sustentação e apoiando esse governo. E temos, antes de ontem [13/08/2006], uma declaração do Olavo Setúbal dizendo que temos um governo conservador. Se pensarmos que os movimentos sociais de alguma maneira se fragilizaram nesse período por conta dessas adesões, por não terem forças maiores que aglutinam os movimentos menores, o cenário para frente não é um cenário de avanços. É um cenário em que este governo vai fazer um arco de alianças amplo, que podemos esperar por novas reformas de corte neoliberal. Segundo alguns estudos, já está anunciada uma reforma trabalhista. Desta ótica, ela significa perda de direitos: a chamada flexibilização das relações de trabalho. Tivemos uma reforma com esse caráter – a reforma previdenciária – que estabeleceu trabalhar mais tempo para se aposentar, ganhando menos.

O que é por exemplo, nesse cenário, que acontece com os movimentos e com a sociedade do campo político popular e democrático?

Na ausência de um projeto de mudanças que anime, que some, que mobilize as entidades e os movimentos sociais, o que prevalece são os interesses mais corporativos, mais de cada grupo – aí começa a se ouvir mais de clientelismo, de negociação e de troca de favores, que existem, fazem parte da nossa cultura, mas que conseguiram, no passado, serem sobrepassadas por essa energia de mudança e por essa energia social que apostava na mudança.

Desafios

O cenário não é otimista. O Stédile [da coordenação nacional do MST] pensa que vamos passar por alguns anos de construção para criar novas condições de um cenário de mudanças. É preciso saber compreender o que está se passando, compreender a dinâmica e a lógica dessas políticas. Sem isso, vamos nos ver enrolados por uma imprensa que está alinhada e ideologizada na defesa desse projeto neoliberal. Ou seja: um dos desafios é a **formação política**, que vá além dos temas de cada movimento, que permita compreender como o Brasil está funcionando e a inserção desse Brasil na América Latina, mostrando que outros caminhos são possíveis. A nacionalização dos recursos naturais e do petróleo, as constituintes da Bolívia e da Venezuela, os programas de solidariedade entre países, como na aérea da saúde entre Cuba e Venezuela, mostram outras construções democráticas apontando para outros caminhos.

Estimular o debate nacional sobre as nossas questões é enfrentar o pensamento único no sentido de identificar alternativas que devem ser postas para debate: o que queremos para o nosso futuro?

O segundo desafio trata disso, de pensar no **projeto de mudança**.

O terceiro ponto que selecionei é a ideia de **apoio e solidariedade entre os movimentos**. É preciso politizar essas demandas. O trabalho da gente está orientado para esse caminho. Não acredito que haja a possibilidade de mudança sem que ela venha do impulso da sociedade civil. Os governos só fazem sob pressão. Se for um governo progressista, é preciso mais pressão ainda, para fazer mais. Estamos aprendendo, nesses quatro anos, que não se delega o poder nem se transfere a capacidade de pressão. É preciso buscar a costura entre os movimentos, reconhecendo que estamos passando por uma fase difícil, que só vai ser superada se acumularmos forças agora.